

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

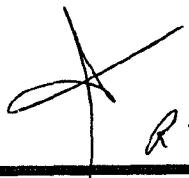
O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir, implantar e regulamentar a Medida Provisória nº 759/2016.

O Plenário do Senado Federal aprovou no dia 31 de maio de 2017, por 47 votos favoráveis e 12 contrários, a Medida Provisória nº 759/2016, que estabelece regras para regularização de terras da União ocupadas na Amazônia Legal e disciplina novos procedimentos para regularização fundiária urbana e rural, revogando as regras atuais da Lei Federal nº 11.977/2009, sendo que a mesma foi para sanção presidencial.

  
RTP  
52

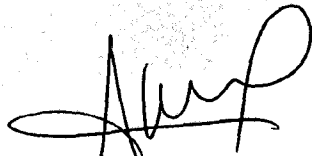
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Entretanto, considerando que a Medida Provisória nº 759/2016 foi aprovada pelo Congresso, tanto na Câmara Federal como no Senado Federal e encontrasse aguardando a sanção presidencial para se tornar Lei e ser publicada no Diário Oficial da União, recomenda-se que aguarde-se a publicação da mesma para que sejam **elaboradas algumas emendas modificativas, aos artigos 1º e 2º do projeto de lei em apreço, a fim de constar o número correto da Lei sancionada pelo Presidente da República, a fim de adequar o Projeto de Lei ao número correto da Lei Federal.**

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende prejudicada a análise do Projeto de Lei em apreço.

Rio Claro, 04 de julho de 2017.



Amanda Gaino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357



Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

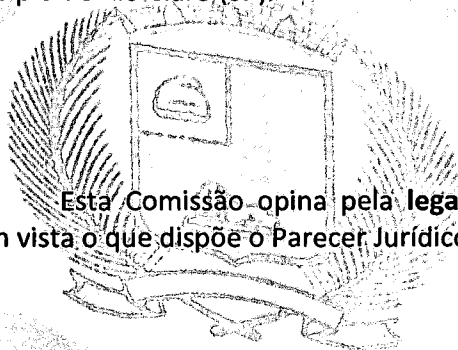
PROJETO DE LEI Nº101/2017

PROCESSO 14.820-807-17

PARECER Nº 185/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO** Regulamenta o procedimento para regularização fundiária rural e urbana, com o devido registro no Município de Rio Claro (SP).

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.



Rio Claro, 24 de agosto de 2017.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**

**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**

A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized 'R' and 'A' followed by several loops.

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº101/2017

PROCESSO 14.820-807-17

PARECER Nº 66/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO** Regulamenta o procedimento para regularização fundiária rural e urbana, com o devido registro no Município de Rio Claro (SP).

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 09 de novembro de 2017.



**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Relator**

**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº101/2017

PROCESSO 14.820-807-17

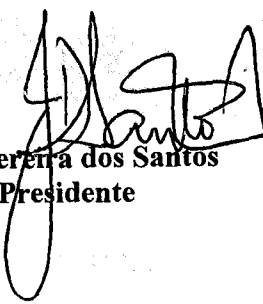
PARECER Nº 189/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO** Regulamenta o procedimento para regularização fundiária rural e urbana, com o devido registro no Município de Rio Claro (SP).

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.



Rio Claro, 23 de outubro de 2017.

  
José Perreira dos Santos  
Presidente

Paulo Marcos Guedes  
Relator

  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº101/2017

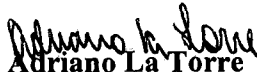
PROCESSO 14.820-807-17

PARECER Nº 164/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO** Regulamenta o procedimento para regularização fundiária rural e urbana, com o devido registro no Município de Rio Claro (SP).

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 26 de outubro de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes

Relator

  
Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº101/2017

PROCESSO 14.820-807-17

PARECER Nº 148/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO** Regulamenta o procedimento para regularização fundiária rural e urbana, com o devido registro no Município de Rio Claro (SP).

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 09 de novembro de 2017.

  
**Paulo Rogério Guedes**

**Presidente**

**José Claudinei Paiva**  
**Relator**

  
**Maria do Carmo Guilherme**  
**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 101/2017

EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR  
AUTOR DO PROJETO.

Regulamenta o procedimento para regularização fundiária rural e urbana, com o devido registro no Município de Rio Claro (SP).

(Altera-se a redação do Projeto de Lei Nº 101/2017)

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

Modifica o caput do artigo 1º.

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir, implantar e regulamentar a "Lei de Regularização Fundiária Rural e Urbana", Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017."

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 02

Modifica o caput do artigo 2º.

"Art. 2º - Esta Lei irá regulamentar os procedimentos definidos pela Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017 facilitando a regularização de todos os imóveis rurais e urbanos, inclusive "lajes", que por ventura se encontram com pendências e os levarão ao registro, facilitando a abertura de matrícula nos Cartórios de Registro no Município de Rio Claro;"

Rio Claro, 23 de Agosto de 2017.

  
LUCIANO FEITOSA DE MELO  
Vereador

CÂMARA SECRETARIA  
24/08/2017 11:40



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 102/2017

**INSTITUI O PROGRAMA DE HORTA COMUNITÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Horta Comunitária no Município de Rio Claro, com os seguintes objetivos:

- I - aproveitar mão-de-obra desempregada;
- II - proporcionar terapia ocupacional para homens; mulheres e pessoas com deficiência;
- III - aproveitar áreas devolutas;
- IV - manter terrenos limpos e utilizados;
- V - inibir a proliferação de insetos e répteis nocivos a incolumidade pública;
- VI - preservar o meio ambiente

**Parágrafo único** - A Prefeitura Municipal de Rio Claro poderá através de suas Pastas ser considerada organismo gerenciador do programa referido no *caput* deste artigo.

**Art. 2º** - A implantação das hortas comunitárias poderá se dar:

- I - em áreas públicas Municipais;
- II - em áreas declaradas de utilidade pública e ainda não utilizadas.

**Art. 3º** - Cada área poderá ser trabalhada por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, que se cadastrarão individualmente ou coletivamente no órgão encarregado da gerência do programa.

**Parágrafo único** - A prestação de serviço, de adesão voluntária e sem subordinação ocorrida em decorrência da participação no Programa de Horta Comunitária, não gera vínculo empregatício e nem recebimento de salários, porque não caracteriza relação de emprego.

**Art. 4º** - O processo de implantação de uma Horta Comunitária obedecerá aos seguintes procedimentos:

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

- I - localização, por parte dos cadastrados, da área a ser trabalhada;
- II - oficialização da área junto ao órgão gerenciador, após formalizada a permissão do uso para o fim determinado nesta lei;
- III - utilizado como terapia ocupacional, as normativas poderão ser norteadas pelo Poder Executivo.

**Art. 5º** - O produto das hortas comunitárias poderá ser comercializado livremente pelos produtores.

**Art. 6º** - Tratando-se de imóvel urbano sem ligação de água, a Prefeitura Municipal poderá autorizar a ligação, através do DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgoto, sendo que, todas as expensas com equipamentos necessários e tarifas de consumo serão suportadas pelo cadastrado do Programa, que será identificado pelo número do CPF junto a Autarquia.

**Parágrafo único** – O cadastrado poderá requerer também, a ligação de energia elétrica, junto a concessionária responsável pela distribuição.

**Art. 7º** - A Prefeitura Municipal de Rio Claro dará amplo conhecimento do Programa de Hortas Comunitárias aos sindicatos, associações de amigos de bairros e igrejas, com sede no município, com as quais poderá celebrar convênios para o atendimento de desempregados.

**Art. 8º** - As pessoas ou grupos de pessoas interessados em aderir aos benefícios deste Programa poderão protocolar junto ao setor competente o requerimento do pedido.

**Art. 9º** - Define-se como Horta Comunitária:

- I - o imóvel que possui área superficial que vai de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) a 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) e não contenha construção de natureza permanente;
- II - seja utilizada para cultivo de mais de 70% (setenta por cento) da área total do imóvel, dividida em canteiros;
- III – cultivo ininterrupto de hortaliças, legumes e frutas.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**Art. 10** - Nos imóveis de que trata esta lei, enquanto utilizados para a exploração de hortas, somente serão autorizados os seguintes tipos de construção:

I - de uma cobertura leve, com área máxima de 15,00 m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados);

II - de sanitários de uso exclusivo do produtor, desde que ligado à rede pública de coleta de esgoto.

III - cercamento com alambrados e arames.

**Art. 11** - Fica expressamente proibida a moradia e a construção de fossas sépticas nos imóveis de que trata esta lei.


**Art. 12** - Todas as construções previstas nesta lei, no imóvel de propriedade do município utilizado mediante permissão de uso, realizadas pelo permissionário, ao término da permissão, não serão indenizadas.

**Parágrafo primeiro** - O imóvel de propriedade do município poderá ser requerido do cadastrado, a qualquer tempo, por motivo de interesse público, através de notificação antecipada de 90 (noventa) dias, ou no término da autorização da permissão.

**Parágrafo segundo** - O imóvel deverá ser restituído à municipalidade limpo e desocupado.

**Art. 13** - Esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

**Art. 14** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

  
**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Vereador Julinho Lopes  
Vice Presidente da Câmara  
Líder do PP

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

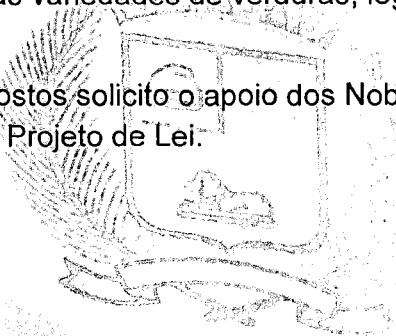
## JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em tela tem como escopo principal a instituição do Projeto Horta Comunitária nos terrenos públicos ociosos das áreas urbanas, além de incentivar o empreendedorismo nesses tempos de desemprego, contribuir para a melhoria da qualidade da alimentação da nossa população e, eliminar os recorrentes problemas que os terrenos baldios ocasionam como depósitos de entulhos e focos de doenças que ameaçam a incolumidade pública.

O projeto visa incentivar o plantio de hortaliças, legumes e frutas, que nada mais é do que uma horta doméstica ou coletiva onde toda a comunidade mantém o cultivo e a gestão dos lucros. Essa prática tem alcançados resultados positivos no combate a fome e na ocupação das pessoas, por meio do exercício da cidadania.

Será uma oportunidade para que o Poder Público se aproxime mais da comunidade e dissemine o cultivo de alface, tomate, rúcula, couve, espinafre, repolho, beterraba, cenoura, entre outras variedades de verduras, legumes e frutas.

Em face aos expostos solicito o apoio dos Nobres Parlamentares desta Casa de Leis, para aprovação deste Projeto de Lei.



**PARECER JURÍDICO Nº 102/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
102/2017, PROCESSO Nº 14821-808-17.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 102/2017, de autoria do nobre Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



218

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei visa instituir no município de Rio Claro o programa de Horta Comunitária para o aproveitamento de áreas devolutas e, ainda, visa manter os terrenos limpos e utilizáveis para inibir a proliferação de insetos e animais nocivos à saúde e aproveitar a mão-de-obra desempregada.

Entretanto, considerando que o artigo 46, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro dispõe que compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública, **entendemos que, para não incorrer em vício de iniciativa, deve ser elaborada a seguinte emenda modificativa, conforme sugestões abaixo:**

  
Q10

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

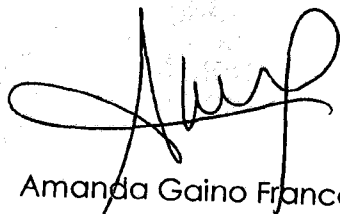
## 01 Emenda Modificativa

Altera o artigo 7º do Projeto de Lei nº 102/2017, ficando o mesmo com a seguinte redação:

**"Art. 7º - A Prefeitura Municipal de Rio Claro poderá dar amplo conhecimento do Programa de Horta Comunitária aos sindicatos, associações de amigos de bairros e igrejas, com sede no município, com as quais poderá celebrar convênios para o atendimento de desempregados."**

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se **reveste de legalidade, com a ressalva acima mencionada,**

Rio Claro, 06 de julho de 2017.



Amanda Gaino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357



Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 102/2017

PROCESSO 14.821.808-17

PARECER Nº 143/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** **PROJETO DE LEI Nº 102/2017** Institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 06 de setembro de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**

**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**

**Rafael Henrique Andreetta**

**Membro**



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 102/2017


PROCESSO 14.821.808-17

PARECER Nº 056/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** PROJETO DE LEI Nº 102/2017 Institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

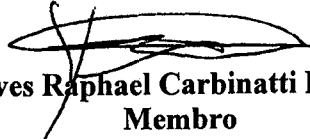
Rio Claro, 05 de outubro de 2017.



**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente

**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

Relator



**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 102/2017

PROCESSO 14.821.808-17

PARECER Nº 144/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** **PROJETO DE LEI Nº 102/2017** Institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

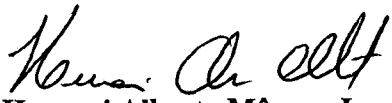
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 21 de setembro de 2017.



José Pereira dos Santos  
Presidente

Paulo Marcos Guedes  
Relator



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 102/2017

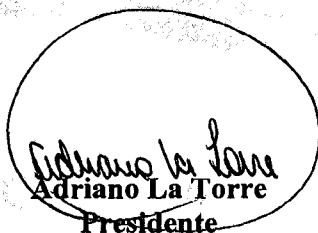
PROCESSO 14.821.808-17

PARECER Nº 121/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** PROJETO DE LEI Nº 102/2017 Institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de outubro de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes

Relator

  
Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 102/2017

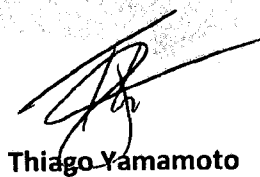
PROCESSO 14.821.808-17

PARECER Nº 059/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** **PROJETO DE LEI Nº 102/2017** institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 23 de outubro de 2017.



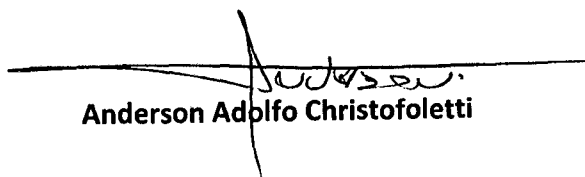
Thiago Yamamoto

Presidente



Geraldo Luis de Moraes

Relator



Anderson Adolfo Christofolletti

Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 102/2017

PROCESSO 14.821.808-17

PARECER Nº 134/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** **PROJETO DE LEI Nº 102/2017** institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 26 de outubro de 2017.

  
Paulo Rogério Guedes

Presidente

  
José Claudinei Paiva  
Relator

Maria do Carmo Guilherme  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


EMENDAS EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 102/2017, DE  
AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JULIO LOPES DE ABREU.

(Institui o Programa de Horta Comunitária no âmbito do  
município de Rio Claro e dá outras providências).

1. **EMENDA MODIFICATIVA** – Modifica a redação do artigo 7º, do Projeto de Lei nº 102/2017, que passara a ser a seguinte:

"**Artigo 3º** - A Prefeitura Municipal de Rio Claro poderá dar amplo conhecimento do Programa de Horta Comunitária aos sindicatos, associados de amigos de bairros e igrejas, com sede no município, com as quais poderá celebrar convênios para o atendimento de desempregados."

Rio Claro, 30 de Agosto de 2017.

  
JOSE JÚLIO LOPES DE ABREU  
Vereador "Julinho Lopes"  
Vice-Presidente  
Líder do PP

CÂMARA SECRETARIA

30/08/2017 17:00

72

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 179/2017**

**(Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências).**

Artigo 1º - Fica instituído o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, a ser comemorado anualmente no dia 25 de Agosto.


Artigo 2º - Nessa data poderão ser realizados diversos eventos nas dependências dos órgãos públicos, para homenagear os feirantes de nosso Município.

Parágrafo Único - Em caso de a data da homenagem cair em feriados e finais de semana, será adiada a homenagem para o próximo dia útil, mediante confirmação do Poder Público.

Artigo 3º - Os eventos deverão valorizar e enaltecer o trabalho dos feirantes, profissionais considerados como peça importante para movimentar a economia local, regional, estadual e nacional.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 29 de agosto de 2017.

  
**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Vereador "Julinho Lopes"  
Vice-Presidente  
Líder do PP

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI**

Pelo presente, na observância das disposições regimentais, encaminho as Vossa Excelências, Projeto de Lei que visa instituir no município de Rio Claro o "Dia Municipal do Feirante" e dá outras providências.

Os feirantes são trabalhadores que comercializam frutas, verduras, legumes e outros tipos de alimentos diretamente ao público, em vias ou locais públicos específicos.

As feiras atendem as mais diversas classes de pessoas, não fazendo distinção das classes econômicas, jovens e idosos. Independente de qualquer infortúnio, os feirantes estão sempre à disposição dos seus clientes.

A atividade de feirante, portanto, é de grande relevância econômica, tanto para quem adquire os produtos, como para os feirantes, que tiram dali, o seu sustento.

O dia do feirante é comemorado nacionalmente no dia 25 de agosto. Esta categoria de relevante valor social merece também ser homenageada em âmbito municipal.

Em face ao exposto solicito o apoio dos Nobres Pares.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo



**PARECER JURÍDICO Nº 179/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 179/2017 - PROCESSO Nº 14908-895-17.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 179/2017, de autoria do nobre Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que institui o Dia do Feirante no Calendário Oficial do Município de Rio Claro-SP.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

  25

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

**O Projeto de Lei em apreço institui o Dia do Feirante no Calendário Oficial do município de Rio Claro, a ser comemorado anualmente no dia 25 de agosto.**

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 14 de setembro de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes

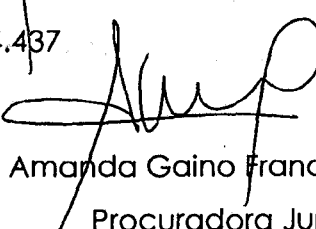
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 179/2017

PROCESSO 14.908.895-17

PARECER Nº 166/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 20 de setembro de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**

**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**



**Rafael Henrique Andreetta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 179/2017

PROCESSO 14.908.895-17

PARECER Nº 060/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.



Rio Claro, 19 de outubro de 2017.

**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente

**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Relator**

**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 179/2017

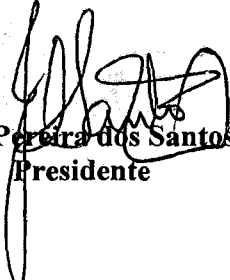
PROCESSO 14.908.895-17


PARECER Nº 136/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 21 de setembro de 2017.

  
José Pereira dos Santos  
Presidente

  
Paulo Marcos Guedes  
Relator

  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 179/2017


PROCESSO 14.908.895-17


PARECER Nº 132/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências.


Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de outubro de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes

Relator

  
Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 179/2017

PROCESSO 14.908.895-17

PARECER Nº 052/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 09 de outubro de 2017.



**Thiago Yamamoto**

**Presidente**

**Geraldo Luis de Moraes**

**Relator**



**Anderson Adolfo Christofolletti**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 179/2017


PROCESSO 14.908.895-17

PARECER Nº 135/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Institui o "Dia do Feirante" no Calendário Oficial do Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 09 de novembro de 2017.



Paulo Rogério Guedes

Presidente



José Claudinei Paiva  
Relator

Maria do Carmo Guilherme  
Membro